

**Actas das II Jornadas de Estudo sobre as
Misericórdias**

“As Misericórdias Quinhentistas”

21 de Maio de 2009

Auditório Municipal de Penafiel

Câmara Municipal de Penafiel

2009

Regressando a Alberti. As igrejas das Misericórdias do Entre Douro e Minho, de Vila do Conde a Penafiel: arquitectura e paisagem urbana (1534-1622)

José Ferrão Afonso¹

1 – Alberti, o *templum* e a cidade

Leon Battista Alberti (1404-1472) desenvolveu no *De Re Aedificatoria*² uma «norma», ou cânone geral de comportamento estético, que deveria informar a estrutura profunda da composição arquitectónica do *templum*³. Será objectivo desta comunicação demonstrar que ela influenciou o modelo de igreja adoptado por um conjunto de Misericórdias portuguesas, quinhentistas e do início do século XVII, na região do Entre Douro e Minho: Vila do Conde, Braga, Guimarães, Porto e Penafiel. Uma outra igreja que não se inclui nesse critério geográfico, a da Misericórdia de Aveiro, será igualmente focada na comunicação; a sua inclusão nesse grupo justifica-se por se tratar de um templo projectado por um mestre portuense e que, portanto, partilha um ambiente construtivo comum às restantes.

Para Alberti, a planta do *templum* deveria ser obrigatoriamente composta por uma série de partes, de que se salientam as mais importantes: o pódio sobre o qual obrigatoriamente se elevava, a que se acedia por uma

¹ Doutorado em Teoria e História da Arquitectura pela ETSAB da UCP. Assistente regente da Escola das Artes da UCP/CRP, investigador do CITAR

² Escrito entre 1443-1452, apenas publicado em 1485.

³ Cf MOROLLI, Gabriele. I Templi "Albertiani": dal Trattato alle Fabbriche. In: RYKWERT, Joseph; ENGEL, Anne (eds.). *Leon Battista Alberti*. Milano: Olivetti/Electa, 1994, p. 107. A *ordenatio*, *dispositio* e *distributio* vitruvianas que, ultrapassando os acidentes da decoração próprios da individualidade do criador e dos centros artísticos, apontasse directamente ao núcleo áureo da composição arquitectónica propriamente dita e procurasse o diálogo com as harmonias eternas neoplatónicas, presentes na proporcionalidade, nos números «perfeitos», nas figuras geométricas «simples», na sobriedade das correspondências e na adequação das variações. Ou seja, em tudo o que o Classicismo tinha classificado nas categorias, também vitruvianas, de *symmetria*, *eurythmia* e *decor*.

escadaria; a fachada em que se abria um pórtico colunado arquivado, coroada por um frontão; o átrio, a que se seguia a *cella interior* formada por uma grande aula de nave única e, finalmente, a abside, que poderia ser circular ou rectangular. A nave poderia ainda possuir capelas colaterais, de maiores ou menores dimensões e a sua iluminação seria feita pela porta monumental de entrada, situada frente ao altar, e por janelas altas; a sua cobertura deveria ser sempre em abóbada de canhão com caixotões⁴. Em termos de planimetria, a igreja poderia ter planta rectangular ou centrada; interessa-nos o primeiro caso. Segundo Alberti, os antigos preconizavam, para todos os templos de planta rectangular, a forma alongada, organizada segundo três relações proporcionais: o 3:4; o 2:3, ou o 1:2, relações que se baseavam no acréscimo harmonioso de um hipotético quadrado original, que seria aumentado, na direcção longitudinal, ora de $\frac{1}{4}$, ora de $\frac{1}{2}$, ora de 1⁵.

Alberti enunciou ainda no *De Re Aedificatoria* o conceito de *respondeo*. Baseia-se, como os termos *decorum* e *convenio* a que está associado, na retórica clássica e significa uma «sensível compatibilidade» entre partes. Aplicado especialmente em Santo André de Mântua (i. 1472)⁶, influenciará decisivamente uma particularidade da arquitectura das igrejas das Misericórdias referidas acima: o motivo do arco triunfal da fachada e a sua repetição no interior⁷. Para além disso, ao investir a arquitectura de uma capacidade retórica capaz de insinuar o espectador, o florentino

⁴ MOROLLI, pp. 109-110.

⁵ Ibidem, p. 110.

⁶ Iniciada em 1472, a primeira fase seria concluída c. 1494. A fachada foi concluída em 1550 e, em 1597, foram acrescentados os braços do transepto e a cripta. A cúpula foi projectada por Juvara e erguida no século XVIII.

⁷ CARRER, Tomaso. *The Triumphal Arch Motif in Sant'Andrea, Mantua: "Respondeo" and Rethoric in Alberti's Architecture and Theory*. Sidney, 2007. Dissertação (Doutoramento em Filosofia). University of South Wales.

<http://unsw.works.unsw.edu.au/vital/access/services/Download/unsw:works:1522/SOURCE01?view=true>, 31-05-2009.

desencadeou um processo de reactividade e complementaridade entre o templo e o ambiente da paisagem urbana.

O projecto de Santo André (1470) incluiu-se numa estratégia de *Renovatio Urbis* que foi empreendida pelos governantes de Mântua, os marqueses de Gonzaga, na sequência do concílio convocado para a cidade pelo papa Pio II Piccolomini entre 1459-1460. As intervenções então ocorridas concentraram-se no núcleo antigo da cidade e incluíram, para além de Santo André, projectos de Alberti para São Sebastião e, provavelmente, para a reconstrução da rotunda românica de S. Lourenço (1460); a reestruturação, entre 1462-64, do *Palazzo del Podestà* e o arranque, em 1470, do estaleiro da *Torre dell'Orologio*. Todos estes edifícios, com excepção de São Sebastião, se situavam na *Piazza dell'Erbe*, contígua a Santo André, que fora originalmente o centro comunal e mercantil de Mântua.

A intervenção de Alberti concedeu a Santo André uma dinâmica poderosa, já que, para além de alterar as qualidades morfológicas do contexto urbano, a igreja modificou igualmente a ordem hierárquica das directrizes viárias da cidade. O novo templo rodou em relação ao antigo, beneditino, que substituiu, de forma a coincidir com o eixo sul-ocidental de Mântua. Essa nova directriz *gonzaguesca*, que unia o centro do poder político e o lugar da esfera privada do príncipe substituiu, desse modo, a orientação em torno da qual se tinha desenvolvido a cidade medieval⁸.

Nesse contexto, Alberti concebeu a fachada de Santo André para que fosse percebida a partir de determinados pontos de vista de interesse público, com os quais manteria um cerrado diálogo visual. É esse o caso, por exemplo, do percurso que ligava a *Piazza Mantegna*, em que a fachada

⁸ CARPEGIANI, Paolo. "Renovatio urbis". *Strategie urbana a Mantova nell'età di Ludovico Gonzaga (1444-1478)*. In: RYKWERT; ENGEL, pp. 178 e ss.

se abre, à adjacente *Piazza dell'Erbe*, onde se situaram o *Campanile*, ou *Torre dell' Orologio* e a rotunda românica da igreja de S. Lourenço, para além do *Pallazo del Podestà*; todos esses edifícios foram, como referimos, objecto de intervenções. Esse curto trajecto tornou-se um «caminho preferencial» em termos de optimização visual do simbolismo associado ao poder dos Gonzagas. Não só porque a sua tridimensionalidade ampliou visualmente a extensão desse percurso, marcando a importância da ligação com o *campanile*, mas também porque dialogou intensamente com o eixo *gonzaguesco* que se prolongava frente a ela⁹.

2 – A igreja matriz de S. João da Foz e o modelo das igrejas-caixa.

Será difícil encontrarmos, entre as igrejas da Misericórdia estudadas, uma em que o conjunto dos conceitos que instituíram a norma albertiana tenha sido integralmente implementado. Todavia, mesmo quando aplicada de forma parcial, ela será determinante para a composição arquitectónica de todas elas. Em território português, contudo, não seria numa igreja da confraria que a norma foi inicialmente promovida, mas sim na igreja matriz de S. João da Foz do Douro. É com naturalidade que sabemos ter sido projectada por um italiano, Francisco de Cremona, para o bispo de Viseu D. Miguel da Silva; iniciada provavelmente em 1528, estaria concluída nos finais da década de 40. Rafael Moreira, que primeiro estudou esse templo, salientou a sua descendência albertiana¹⁰. De facto, as proporções da nave

única obedecem a uma relação planimétrica em duplo quadrado; a cobertura da nave, precedida por um átrio, ou galilé, era em abóbada de canhão apainelada com caixotões de tijolo¹¹, e a retórica do *repondeo* assinalava a «sensível compatibilidade» entre o arco triunfal que presumivelmente se abria na fachada¹² e o ainda actualmente existente no remate nascente da nave, em que o monumental fornix da capela-mor é ladeado por duas edículas colaterais em meia-laranja.

Está ainda por estudar a actividade urbanística de D. Miguel da Silva e do seu arquitecto na Foz do Douro; se a fachada da igreja se voltava para o oceano, numa poética alusão à fluidez da *chora* neoplatónica, o pórtico lateral norte dialogava visualmente com uma via (a rua da Cerca), perpendicular ao seu plano, que estruturou o pequeno povoado, através de uma malha semi-ortogonal, na direcção NE. A urgente e necessária investigação sobre a Foz de D. Miguel da Silva poderá, assim, revelar

⁹ CARRER, pp. 7, 8.

¹⁰ Francisco de Cremona terá vindo para Portugal em 1525; o seu nome, porém, surge apenas documentado em 1539 como sendo o mestre pedreiro que tinha a seu cargo as obras do bispo de Viseu D. Miguel da Silva. A 19 de Fevereiro do mesmo ano é consultado pela vereação do Porto sobre uma vistoria no edifício da Câmara; seis meses depois o monarca refere-se elogiosamente ao relatório então feito por ele. Torna a ser referido em 1542 e 1546, sempre no Porto, sendo provável que estivesse ainda activo em 1548 (MOREIRA. Rafael. D. Miguel da

Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal. *O Mundo da Arte* [2] 1: Abril/Maio/Junho 1988, pp. 10-11.

¹¹ Rafael Moreira, no artigo citado na nota anterior, adiantou que a igreja seria de três naves. Essa afirmação será corrigida em 1997, devido à evidência dos resultados entretanto conhecidos das pesquisas arqueológicas no local. Assumiu então que a igreja da Foz seria de nave única, organização espacial que classifica como pré-borromáica e que corresponderia a um modelo que, em meados do século, a Roma católica começava a impor (MOREIRA, Rafael. *Arquitectura: Renascimento e Classicismo*. In: PEREIRA, Paulo (dir.). *História da Arte Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Temas e Debates, 1997, vol. 2, pp. 339-340). Mário Barroca adianta que a abóbada de canhão era em tijolo (BARROCA, Mário Jorge. *As Fortificações do Litoral Portuense*. Lisboa, INAPA, 2001. p. 35), no seguimento do que tinha antes declarado Isabel Osório (OSÓRIO, Maria Isabel Noronha Pinto. A intervenção arqueológica no castelo da Foz: novos elementos para a reconstituição dos espaços. *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 76).

¹² É provável que Cremona tenha desenvolvido na Foz o mesmo tipo de fachada com duas torres harmónicas que Rafael projectara para S. Pedro em 1518. Segundo Varela Gomes, a Sé de Portalegre retomará esse modelo, publicado por Serlio, em 1547, no Livro IV (GOMES, Paulo Varela. *As Fachadas de Igrejas Alentejanas entre o Século XVI e XVIII*. *Penélope* 5: 1991, p. 25). Um capitel coríntio e um fuste canelado, provavelmente do pórtico, para além da base da torre sul, são os vestígios que restam dessa fachada da igreja da Foz. Saliente-se ainda que muito provavelmente as torres nunca foram concluídas. Na imagem do Porto de Pedro Teixeira (1634), recentemente publicada, elas primam pela ausência (PEREDA, Felipe; MARÍAS, Fernando, eds.). *El Atlas del Rey Planeta. «La descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos» de Pedro Teixeira (1634)*. Hondarribia: Editorial Nerea, 2002).

aspectos surpreendentes. De qualquer modo, a matriz da Foz construía-se ainda quando se ergueu o primeiro templo da Misericórdia de Vila do Conde, na segunda metade da década de trinta¹³.

Poucos dados possuímos sobre essa igreja, para além de sabermos que tinha, igualmente, uma cabeceira tripartida, rematando uma nave única com proporcionalidade em duplo quadrado: 50x100 palmos¹⁴. Seguiu, por conseguinte o modelo da planta e a organização planimétrica da igreja fozeira, não sendo de excluir a hipótese de ter sido igualmente projectada por Francisco de Cremona. Não apenas por razão desses particularismos, excepcionais na arquitectura religiosa do Noroeste e portuguesa da época, mas também porque o Cremonense terá, segundo Rafael Moreira, traçado o contemporâneo Paço do Concelho de Vila do Conde (1538-1544)¹⁵, com o qual está estreitamente relacionada.

¹³ A autorização de construção e erecção da igreja e do hospital foi concedida, por carta apostólica de Paulo III, em Fevereiro de 1534, em resposta à súplica do leigo João de Rates, morador em Vila do Conde (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, *Documentos Dispersos*, Carta Apostólica de Paulo III, 1534, Fevereiro, [s/n. fl.]. O compromisso para a construção era, contudo anterior, datando de 14 de Maio de 1525, quando o abade de Retorta Pêro Anes, com a concordância do provedor e irmãos, se obrigou a edificar o templo à sua custa, nos enxidos e casa que Álvaro Fernandes da Rua e sua mulher tinham deixado à confraria (ASCMVC, *Livro 1º de Registos desta Santa Casa*, fl. 5). Monsenhor José Augusto Ferreira refere essa doação (FERREIRA, Mons. José Augusto. *Vila do Conde e o seu alfoz. Origens e Monumentos*. Porto: Marques Abreu, 1923, p. 28). O templo, contudo, deve ter arrancado apenas alguns anos após 1534; a doação de um enxido, feita por João da Maia e sua mulher Isabel Gomes à Misericórdia em 14 de Maio de 1536, deve ter permitido o arranque da obra (ASCMVC, *Livro 1º dos Registos desta Santa Casa o qual teve principio no anno de 1525*, fl. 11). Nessa doação refere-se a existência de uma capela que, segundo Monsenhor Augusto Ferreira, seria da invocação de S. Miguel e foi demolida para a construção do novo templo (FERREIRA, p. 28). A Misericórdia de Vila do Conde foi fundada, com Casa da Irmandade e Hospital, no ano de 1510 (ibidem). Ver sobre os aspectos referidos nesta nota: AFONSO, José Ferrão. A igreja da Misericórdia de Vila do Conde: *imitatio* e retórica na arquitectura religiosa nortenha do início do século XVII. *Santa Casa. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde* (no prelo).

¹⁴ Essas eram as dimensões da nave da igreja edificada em 1599 sobre a anterior, com a mesma área. Cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, *Documentos Dispersos, Construção da Igreja*, [s.d.], fl. 61. Apud AFONSO. A Igreja da Misericórdia...

¹⁵ MOREIRA. D. Miguel..., p. 22.

A igreja da Misericórdia de Vila do Conde, pode, por conseguinte - se exceptuarmos a matriz da Foz - ter sido a primeira das *plain-box* portuguesas, modelo que depois será adoptada pelas suas congéneres do Entre-Douro e Minho, de que aqui estudamos alguns exemplares, e pelos templos da Companhia de Jesus¹⁶. Rafael Moreira já tinha salientado a relação próxima entre a planta da Foz, as das Misericórdias de Braga e do Porto e o carácter pioneiro destas últimas em relação às igrejas caixa jesuítas¹⁷. Podemos hoje afirmar que essa precedência poderá ter sido ainda mais expressiva, tendo-se provavelmente materializado na primitiva igreja da confraria vila-condense. Ressalvando a importância da ascendência medieval que podemos atribuir à *plain box* e que Kubler salienta, não podemos deixar de igualmente realçar a ideia de que, pelo menos no Norte, ela deve muito à norma albertiana, importada por Cremona e desenvolvida na Foz.

¹⁶ Antes de adoptar definitivamente a planta de cruz latina, a Companhia de Jesus teria «criado» em Portugal o modelo da igreja-caixa com criptocolaterais, tendo-o empregue em Évora, no Espírito Santo, e Lisboa, em S. Roque (KUBLER, George. *A arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes: 1521-1706*. Lisboa: Vega, 1988, p. 59 e ss). Se a casa professa de S. Roque foi fundada em 1553, a sua igreja, porém, apenas arrancará em 1567, com projecto de Afonso Álvares, que substituiu o plano original de três naves por um espaço unificado. Fausto Sanches Martins viria a pôr em causa a cronologia e as atribuições referidas por Kubler relativamente à igreja do Espírito Santo de Évora. Assim, a planta do templo do Colégio de Évora, fundado em 1554, apenas em 1566 foi aprovada em Roma e deve-se a Diogo de Torralva, não a Manuel Pires como refere Kubler (MARTINS, Fausto Sanches. *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal 1542-1759: cronologia, artistas, espaços* [Texto policopiado]. 2 vols. Porto 1994. Dissertação (Doutoramento em História de Arte). Universidade do Porto, vol. 1, p. 50).

¹⁷ Rafael Moreira afirma que a planta das igrejas da Misericórdias de Braga e do Porto, em que a nave única é rematada por um arco triunfal ladeado por exedras, foi influenciada pela da matriz da Foz. Nesse modelo ter-se-iam baseado todas as Misericórdias do país, o que questiona a pretensa originalidade da arquitectura da Companhia de Jesus (MOREIRA, Rafael. Portugal, Roma e Galiza: Frei Julião Romero e a Arquitectura da Contra-Reforma. In: VALLE PÉREZ, Xosé Carlos (coord.). *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo. Galiza e Portugal*. [s.l.]: Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundación Calouste Gulbenkian, 1995 p.228). O mesmo autor salienta ainda, na linha de uma filiação geral das igrejas jesuítas no templo de Francisco de Cremona, a relação entre os projectos do Colégio jesuíta de S. Paulo em Braga e da matriz da Foz do Douro (idem. *Arquitectura: Renascimento e Classicismo*. In: PEREIRA, Paulo. *História da Arte Portuguesa* (dir.). 3 vols. Lisboa. Circulo de Leitores, 1995, vol. 2, p. 360).

Outros aspectos importantes, que podemos relacionar com Alberti, têm que ser focados quando abordamos a primitiva igreja da Misericórdia de Vila de Conde. Em primeiro lugar que, se a sua espacialidade esteve ainda dependente do cânone medieval, já que a igreja orientou a sua fachada para poente e para o mar, isso pode-se ter ficado a dever ao facto não só de ter sido erguida sobre um templo anterior, cujo orago era São Miguel¹⁸, mas também de essa orientação estar relacionada com profundas transformações urbanas da Vila. Elas associaram-se a um grande progresso económico, que teve como causa próxima a intensificação da actividade marítima vila-condense relacionada com os Descobrimentos. A criação da Alfândega Real em 1487 será um sinal desse progresso: logo depois, D. Manuel I, quando da sua passagem pela Vila em 1502, ordenaria uma série de intervenções urbanas. A construção da matriz e a abertura de uma praça regular frente a ela, a Praça Nova, a que se agregaram novas ruas, seriam as mais notáveis entre elas.

Pouco antes da abertura ao culto da nova Matriz, em 1518, D. Manuel concederia carta de Foral à Vila (1516), tornando-a numa entidade autónoma em relação ao senhorio monástico das Clarissas; a extinção deste associou-se ainda à deslocação do Paço do Concelho da sua antiga localização, na Praça Velha, para a Praça Nova, frente à matriz, onde, segundo a tradição se colocará em 1538 o pelourinho, ícone da autonomia municipal. A *Renovatio Urbis* empreendida no reinado de D. Manuel incidiu, por conseguinte, na urbanização de uma área entre o «monte do mosteiro», acrópole medieval estabelecida a nascente, a zona, a norte, em

¹⁸ Ver nota 13.

que se situava a Praça Velha, para onde se tinha inicialmente expandido esse povoado e, a sul, a área ribeirinha¹⁹.

Apesar de ter sido edificada sobre um antigo templo, situado na fronteira SO da antiga Vila monástica, a nova igreja da Misericórdia integrou-se na *Renovatio*, dialogou com os novos arruamentos e, sobretudo, com o novo centro cívico. Ao fazê-lo, investiu-se, igualmente, do simbolismo da «religião civil» que Alberti também defendeu²⁰; esse conjunto de significados seria ainda sublimado pela localização da fachada do templo frente a uma rua estreita. O canal visual configurado por esta última era ainda mais densificado e optimizado pela existência, no século XVI, de uma construção, sensivelmente no local onde hoje se situa o cruzeiro, que o prolongava até às proximidades do templo. Tratava-se, muito provavelmente, do antigo hospital do Espírito Santo, que viria a ser demolido no início do século XVII²¹, cedendo depois o seu lugar ao actual cruzeiro.

¹⁹ Cf. MIRANDA, Marta. *Vila do Conde*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, pp 19-20, 27 e ss. Ver ainda: POLÓNIA, Amélia. *Vila do Conde: um porto nortenho na expansão quinhentista* [Texto policopiado]. 2 vols. Porto, 1999. Dissertação (Doutoramento em História Moderna e Contemporânea). Universidade do Porto, vol. I, pp. 723 e ss.

²⁰ Cf. CALZONA, Arturo. Templo/Basilica e la "religione civile" di Alberti. In: BULGARELLI, Massimo; [et.al.]. *Leon Battista Alberti e l'Architettura*. Milano: Silvana Editoriale, 2006, pp. 64 e ss.

²¹ Essa construção é bem visível na planta quinhentista, provavelmente datada de c. 1578, que se conserva na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Barbosa Machado - CAM. 4-2 (nº1) - Planta manuscrita e colorida sobre papel, 71 x 86 cm) e que Amélia Polónia reproduziu na sua tese de doutoramento, atribuindo-lhe a data de 1568-1570. Justifica essa cronologia por se mostrar já na planta a rua que uniu o rossio da Misericórdia à rua da Laje e foi apenas aberta em 1578 (POLÓNIA, vol.1, p. 723). Se assim é, porém, a planta apenas poderá datar de depois dessa data. Quanto à construção que a planta mostra, situada no local onde hoje se encontra o cruzeiro frente à Misericórdia, pode tratar-se do Hospital Velho, demolido no século XVII, que Cunha e Freitas refere (FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Bertino Daciano R.S. *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde*. Porto, 1953, vol. 1, pp. 5-8)

3 - As Misericórdias de Braga e do Porto

Diogo de Castilho e João de Ruão, figuras maiores da arquitectura portuguesa do século XVI, estiveram ligados à Misericórdia de Coimbra. Nogueira Gonçalves refere a possibilidade de João de Ruão ter perfilhado o modelo da cabeceira tripla, que cremos ter sido importado da Foz, na igreja da Misericórdia coimbrã cuja edificação contratou em 1546, com o patrocínio de Diogo de Castilho²². Saliente-se que ambos, Castilho e Ruão, estiveram, desde a sua fundação em 1537, associados ao mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho da Serra do Pilar no Porto; seria impossível que não tivessem contactado com a novidade da igreja de Cremona que então se construía. Esse conhecimento deve ter sido determinante para que Castilho erguesse logo depois, na rua da Sofia, também em Coimbra, a igreja do Colégio da Graça (1544-1553), dos Eremitas de Santo Agostinho²³, em que a nave única com criptocolaterias e a capela-mor são cobertas por abóbada de canhão em caixotões de pedra. A mesma morfologia e o mesmo material foram utilizados no coro alto, que também existiu em S. João da Foz²⁴.

²² GARCIA, Prudêncio Quintino. *João de Ruão, Documentos para a biografia de um artista da Renascença*, Coimbra, 1913, p. 196-197. Ver ainda: GONÇALVES, Nogueira. O escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra. In: *Estudos de história da arte da Renascença*. Porto: Paisagem Editora, 1984, p. 171.

²³ Sobre a igreja da Graça e a sua importância para a arquitectura portuguesa de Quinhentos, ver: CORREIA, José Eduardo Horta. Os colégios universitários na definição das tipologias dos claustros portugueses. *Monumentos* 8, Março 1998, p. 18). GOMES, Paulo Varela. *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII. A planta centralizada*. Porto: FAUP, 2001, p. 287, nota 9). CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos. *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos* [Texto policopiado]. 2 vols. Coimbra, 2002. Dissertação (Doutoramento na especialidade de História de Arte). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 1, p. 240 e ss; RUÃO, Carlos. «O Eupalinos Moderno» *Teoria e Prática da Arquitectura Religiosa em Portugal 1550-1640*. Coimbra 2007 [Texto Policopiado] 3 vols. Dissertação (Doutoramento em Letras, área de História de Arte). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 2, p. 606 e ss).

²⁴ OSÓRIO, p. 76.

Na igreja da Graça trabalhou um pedreiro chamado Manuel Luís²⁵. É muito possível que se trate do mesmo personagem, então em início de carreira, que estará mais tarde associado às Misericórdias de Braga e do Porto. Mesmo que não se trate do mesmo indivíduo, é inegável que a influência coimbrã será determinante para a obra do mestre homónimo, cuja importância tem vindo a ser salientada pela investigação recente²⁶. Da igreja da Misericórdia do Porto última, concluída em 1568, surge à frente em 1559²⁷ e a igreja da confraria bracarense (1561-1564), embora sem provas documentais, é-lhe atribuída com fortes argumentos²⁸. A influência de Castilho junto da Misericórdia coimbrã, de que viria inclusive a ser duas vezes provedor²⁹, não deverá ser estranha a esse importante papel.

Na igreja da Misericórdia de Braga, a norma albertiana expressa-se logo na fachada. Ergue-se solitária sobre um pódio a que se acede por uma escadaria, sendo rematada por um frontão triangular. A ausência de torres é compensada pela descrição do campanário em posição lateral e recuada, enquanto a porta é monumentalizada por um pórtico coríntio arquivado.

²⁵ O nome de Manuel Luís é referido várias vezes entre o dos pedreiros que trabalharam na Graça (Arquivo Distrital de Braga, Ms. 1019, fl. 8, 108-108/vº, 113, 166) e a sua assinatura consta do fl. 108. Apud CRAVEIRO, vol. 1, p. 478) Embora ela seja bem mais simples daquela que, mais tarde o importante mestre de pedraria Manuel Luís utilizou, é possível que se trate do mesmo personagem (cf. AFONSO. A herança...).

²⁶ Ver sobre Manuel Luís: AFONSO, José Ferrão. Manuel Luís. *Um contributo para o estudo de um mestre pedreiro quinhentista*. Separata de *Museu* [4] 6, 1997; Idem. A herança...; RUÃO, Carlos. *Arquitectura maneirista no noroeste de Portugal. Italianismo e flamenguismo*. Coimbra: Electricidade do Norte, 1996, p. 201 e ss; idem. *O «Eupalinos»...*, vol. II, p. 390 e ss.

²⁷ BASTO, Artur de Magalhães. *História da Santa Casas da Misericórdia do Porto*, 2 vols. Porto: SCMP, 1997, vol. 1, p. 390.

²⁸ Magalhães Basto tinha chamado a atenção uma primeira vez para a associação, num manuscrito de 1666, de Manuel Luís à Misericórdia bracarense (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, H., Bcº 6, nº 2, fl. 228. Apud BASTO, vol. 2, p. 119). Mais tarde, baseado nesse texto, Carlos Ruão atribuirá a igreja de Braga a Manuel Luís (RUÃO. *Arquitectura...*, p. 202-203). Essa atribuição seria reafirmada na sua tese de doutoramento (idem. *O «Eupalinos»...*, vol. II, pp. 396-397). O autor deste artigo partilha igualmente dessa opinião (AFONSO. *Manuel Luís...*, p. 25; idem. A herança...).

²⁹ Em 1563 e 1566 Diogo de Castilho foi provedor da Misericórdia de Coimbra (VITERBO, Sousa. *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, vol. 1, p. 181).

A matriz da Foz deveria ter um pórtico semelhante, igualmente coríntio, de que resta um fuste canelado e um capitel; mais uma vez ele pode ter sido o protótipo em que se inspirou Diogo de Castilho para a portada do colégio dominicano de S. Tomás, em Coimbra (1547)³⁰. Este último influenciou directamente o pórtico bracarense e, quase contemporaneamente, o da igreja da Misericórdia do Porto. Sobre o primeiro rasgaram-se, no frontão triangular, três aberturas: um óculo circular central ladeado por duas frestas rectangulares que adoptaram a morfologia da *tabula ansata*. No interior, a nave única é também rematada por uma cabeceira tripla e a iluminação faz-se, para além do óculo no frontão, por um conjunto de alongadas janelas dispostas lateralmente.

Na parede fundeira da igreja-caixa de Braga, uma arcada tripartida e escalonada, pouco profunda, marcava o arco triunfal, hoje revestido por talha dourada setecentista de Marceliano de Araújo. Morfologia que deveria ser similar à da cabeceira da Misericórdia conimbricense; várias igrejas da confraria nos arredores de Coimbra vão, na segunda metade do século seguiu-la. Saliente-se ainda que em Braga a cobertura original da nave foi em caixotões de madeira³¹ e que o *respondeo* entre os arcos triunfais da fachada e da cabeceira não seria completamente fiel à norma de Alberti. Na fachada, o pórtico e, sobretudo, os nichos destinados a receber imagens sacras sobre eles, se formalmente recorrem a uma linguagem clássica de notória ascendência coimbrã, têm com a narrativa arquitectónica da igreja uma relação fisiognomónica, de *character*, ainda medieval. Com efeito, a

³⁰ O pórtico, desenhado por Diogo de Castilho, seria contratado por João Luís, Pêro Luís e António Lopes, encontrando-se hoje no Museu Machado de Castro (CRAVEIRO, vol. 1, p. 471). Carlos Ruão identifica o pórtico da Misericórdia portuense, que deveria ser muito semelhante ao de Braga, com o do Colégio de São Tomás (RUÃO. *O «Eupalinos»...*, vol. 2, p. 393).

³¹ A cobertura original esteve a cargo do carpinteiro João Gonçalves, responsável por toda a obra de carpintaria da igreja (RUÃO. *O «Eupalinos»...*, vol. 2, p. 395-396).

associação entre o pórtico arquivado e os nichos, conforme ao modelo criado em S. Tomás por Castilho, configuram uma fachada retábulo, com a componente desestruturada que o termo significa. O que está nas antípodas do cânone vitruviano de *consuetudo*, segundo o qual elementos ornamentais deveriam exclusivamente representar a estrutura arquitectónica. Princípio que Alberti interpretaria na *concinnitas*; o italiano, porém, introduziria uma nuance essencial na narrativa autónoma do arquitecto de Augusto. Ao falar da capacidade de influenciar o público e da reactividade com o ambiente da paisagem urbana, Alberti abriu a porta a que o solipsismo poético de Vitruvius se tornasse retórica representacional.

Em Braga, a Misericórdia ergueu-se junto à Sé, numa rua antiga, a do Souto, que foi regularizada, e completada para poente através da abertura da rua Nova do Sousa, pelo arcebispo D. Diogo de Sousa. Em simultâneo, a sua fachada dialogou axialmente com a via, actual rua da Misericórdia, que conduzia ao Campo do Arcebispo e à antiga Porta da Rua Nova, esta dando saída para o Campo da Vinha. Por conseguinte, também na relação entre a igreja e a cidade e na capacidade, atribuída à primeira, de sublimação simbólica da paisagem urbana, se adoptou a lição de Alberti em Santo André de Mântua. Algumas diferenças, contudo, se marcaram e não apenas em relação a Mântua.

Em Braga, diferentemente do que sucedeu em Vila do Conde, o senhorio arquiépiscopal denotado no conjunto monumental da Sé e no Paço não foi extinto. Em torno deles giraria toda a actividade de criação urbana de D. Diogo de Sousa que, salientando a dependência da débil organização camarária bracarense, ordenaria a edificação de um Paço do Concelho contíguo à catedral, na antiga Praça do Pão. Portanto, se por um lado a Misericórdia sintetiza e remata formalmente a *Renovatio Urbis*

empreendida por D. Diogo, que reorientou a cidade medieval³², balançando-a para Norte e NO, por outro significou igualmente a permanência do senhorio eclesiástico e a debilidade e dependência de uma confraria apenas em princípio laica, já que estava profundamente inserida na esfera eclesiástica.

Consequentemente, na Misericórdia de Braga, como em Santo André, o carácter tridimensional do arco triunfal da fachada foi capaz de integrar uma multiplicidade de pontos de vista associada aos mais importantes símbolos urbanos do poder senhorial: o Paço Episcopal foi um deles, bem como a rua do Souto, a via por excelência do poder arquiépiscopal, e a que, frente à fachada, conduzia à Porta Nova. Essa relação obrigou ainda a que se tivesse aberto um segundo pórtico, igualmente arquivado e tridimensional, orientado para o curto trajecto entre o Paço Episcopal e o claustro da Sé. Ao marcar o percurso entre o palácio arquiépiscopal e a Sé, ele tornou-se igualmente um «caminho preferencial» em termos de optimização visual do simbolismo associado ao poder senhorial, como em Mântua tinha sucedido no percurso entre a *Piazza dell'Erbe* e a fachada da igreja.

A nave da igreja de Braga é igualmente em duplo quadrado; uma planimetria de proporcionalidade idêntica será adoptada na igreja Misericórdia da rua das Flores (155? -1568) no Porto, que é muito semelhante à sua congénere bracarense. Não apenas porque se começava a estabelecer um modelo próprio para os templos da confraria, a que Diogo de Castilho, como afirmamos, poderá não ser estranho, mas também porque, muito provavelmente, o mesmo mestre, Manuel Luís, foi responsável pelas

³² Ver sobre a acção urbana de D. Diogo de Sousa em Braga: MAURÍCIO, Rui. *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532). Urbanismo e Arquitectura*. 2 vols. Leiria: Magno Edições, 2000.

duas. Também no Porto existiu um pódio com degraus que acediam a um pórtico coríntio. Este, como em Braga, era sobrepujado por três nichos e, sobre eles, um óculo central ladeava duas frestas rectangulares com a forma de *tabula ansata*; o mesmo sucede em Braga. Mais uma vez se salienta, na presença deste motivo decorativo de origem romana, a ligação profunda existente entre os dois templos e a matriz da Foz, onde janelas semelhantes se rasgavam em torno de todo o perímetro da igreja, incluindo a capela-mor hexagonal e, possivelmente, também a fachada. No interior, porém, a nave única, que obedece à proporcionalidade fozeira e albertiana do duplo quadrado, era coberta por uma abóbada de canhão em caixotões em pedra, que em 1564 estava concluída³³.

A cabeceira da igreja da rua das Flores não foi completada em 1568 quando o templo foi aberto ao culto. Desconhecemos a razão pela qual os Irmãos não terão levado avante um modelo idêntico ao de Braga, com tripla arcada pouco profunda, o que evitaria o elevado custo do desbaste da encosta de granito da colina da Vitória a que a parede fundeira se encostava. É, porém, admissível que Manuel Luís desejasse para a igreja um plano, albertiano e fozeiro, com uma cabeceira tripartida e uma capela-mor em abside, que não foi avante por não se enquadrar no limitado orçamento da confraria. Assim, só em 1584 a obra arrancaria, embora com compreensíveis alterações ao projecto inicial. Com ela aprofundou-se o conceito monumental e escultórico de um arco de triunfo interior que o mestre tinha ensaiado já na igreja dominicana do convento de S. Gonçalo de Amarante.

A igreja de S. Gonçalo era um projecto dos meados da década de sessenta, que pode ter delineado em estreita cooperação com o arcebispo

³³ ASCMP, D, Bcº 8, nº1, fl 44. Apud BASTO. *História...*, vol. 1, p.385.

bracarense Frei Bartolomeu dos Mártires, recém-chegado de Trento, e o seu próximo colaborador Frei João de Leiria. Apenas arrancaria decididamente em 1581 com Manuel Luís a dirigi-lo; o mestre abandoná-lo-ia no início de 85 para executar a capela-mor do Porto³⁴. Para além do *respondeo*, na Misericórdia do Porto o mestre implementou um outro dispositivo retórico, neste caso decorativo, que introduziu na arquitectura portuense, provavelmente fruto da sua aprendizagem coimbrã e da sua proximidade a João de Ruão: o «flamenguismo»³⁵, que recorreu aos motivos originários das gravuras de Vredeman de Vries e se tornaria uma imagem de marca da arte portuense e do Entre Douro e Minho nos cento e cinquenta anos seguintes.

Como em Braga, a Misericórdia do Porto implantou-se numa rua «nova», a das Flores, aberta em 1521 e nas proximidades do que era o centro mercantil e cívico da cidade, o largo de S. Domingos, onde se abria o alpendre-praça que, na realidade era o verdadeiro Paço do Concelho do Porto. Tinha-se para aí deslocado, em 1550, do ponto fundacional no claustro da Sé; viagem de «laicização» espacial que em Braga nunca ocorreu, já que sua igreja se implantou contiguamente à capela claustral da catedral em que fora fundada a confraria. A fachada da igreja, aliás, adoptou uma ligeira torção que acentua a sua relação visual com o largo. Ao contrário do que sucedeu em Vila do Conde e Braga e, antes, em Santo André, não existiu uma rua frente à fachada da igreja; para obviar a essa falta, e para que não se perdesse completamente o efeito de estruturação de um canal visual frontal, com o arruar retórico que ele permitiu, a fachada estava ligeiramente recuada em relação à rua e à frente edificada.

³⁴ Ver AFONSO. A herança...

³⁵ Cf. RUÃO. *Arquitectura*...

Desse modo, como em Braga e em Mântua cem anos antes, a Misericórdia portuense está associada a uma *Renovatio Urbis* e a uma reformulação da hierarquia viária urbana – neste caso para Norte – bem como a uma reordenação da cartografia simbólica do poder. Podemos estabelecer um paralelo com a inscrição colocada no *campanile* de Santo André de Mântua, quando nos recordamos de semelhante *inscriptio* laudatório que D. Manuel I mandou gravar sobre a Porta Nova de Carros, remate norte da rua das Flores. Esta foi, à maneira do eixo *gonzaguesco* de Mântua e do implementado por D. Diogo de Sousa em Braga, a via do poder por excelência do Porto da Idade Moderna. Como elas, reorientou a cidade; a direcção sul-norte substituiu a nascente-poente que a sua antecessora, a rua Nova joanina, paralela, ao Douro, configurara no século XV. Como em Braga e Vila do Conde, porém, a localização da Misericórdia na via real por excelência da cidade salientou a ambiguidade portuguesa da «religião civil». Na realidade, no Porto quinhentista, a experiência de laicização e afastamento da esfera episcopal que a deslocação da Misericórdia simbolicamente representou, passaria sempre por uma aproximação à órbita da Coroa.

Vila do Conde, Aveiro e Guimarães

A mesma sensível «compatibilidade» entre os dois arcos triunfais, da fachada e da capela-mor, será implementada numa série de obras da «Petrificação»³⁶ que profundamente marcaria o Porto entre as últimas

³⁶ Sobre a petrificação, ver: CHARTIER, Roger; NEVEUX, Hugues. *La ville dominante et soumise*. In: DUBY, Georges (dir.). *Histoire de la France Urbaine*. 4 vols. Paris, Seuil, 1981, vol. 3, p. 109 e ss; e FREGNA, Roberto. *La pietrificazione del denaro. Studi sulla proprietà urbana tra XVI e XVII Secolo*. Bologna: Editrice Bologna, 1990, sobretudo p.22 e ss. Sobre o caso específico do Porto: AFONSO, José Ferrão. *A imagem tem que saltar, ou o rebate dos*

décadas do século XVI e as primeiras do seguinte. Ela transformaria a espaço fisiognomónico e aditivo dos finais da Idade Média no espaço de representação da cidade da Idade Moderna; alteração a que se associou a um carácter mediador que fez emergir o Porto da horizontalidade da débil rede urbana medieval do Noroeste português. Desse modo, a influência económica e cultural da cidade venceu antigas fronteiras.

Manuel Luís pode ter estado directamente ligado a algumas das grandes obras da «Petrificação» portuense prosseguidas pelo seu genro e discípulo Gonçalo Vaz, casos de São Salvador de Grijó (i. 1572) e S. Lourenço (i. 1573)³⁷. Gonçalo Vaz está à frente de Grijó desde 1581; a sua participação na obra de S. Lourenço é hoje aceite³⁸ e encontramos-lo ainda associado a S. Bento da Vitória, São João Novo e, provavelmente, à rotunda da Serra do Pilar³⁹. Gregório Lourenço, um outro importante mestre, natural de Braga, acorrerá ao Porto em 1576, devido à «Petrificação», e será profundamente marcado pela retórica luisina. É muito possível que tivesse, igualmente, trabalhado em S. Lourenço e na rotunda augustiniana de Gaia;

signos. A cidade episcopal e o Porto intramuros no século XVI: propriedade, ritual, representação e forma urbana (1499-1606) [Texto policopiado]. 3 vols. Barcelona, 2008. Dissertação (Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura). Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, UPB, vol. 1, pp. 165-166). Idem. A igreja da Misericórdia...

³⁷ Sobre a possibilidade de Manuel Luís ter participado na obra de Grijó ver: AFONSO, José Ferrão: Um património sem tempo: a arquitectura «longa» de Quinhentos no Porto e os exemplos do hospital de D. Lopo de Almeida e do convento de S. João Novo. *Boletim interactivo da Apha*, 2 (Novembro 2004) <http://www.apha.pt/boletim/boletim2>, p. 11. Sobre a sua ligação ao Colégio jesuíta de S. Lourenço: idem: *Manuel Luís*..., p. 12; Carlos Ruão também admite essa hipótese (RUÃO. *O «Eupalinos»*..., vol. 2, p. 382).

³⁸ Em 1581 Gonçalo Vaz é mestre das obras do convento de S. Salvador de Grijó (AFONSO. Um património..., p. 11.) Em 1608 é testemunho de dois documentos notariais firmados no Colégio de S. Lourenço, morando então nas proximidades, o que leva Carlos Ruão a admitir a sua participação na obra que então decorria (RUÃO. *A Arquitectura*..., p. 244). O facto de, em 1614, um documento do Colégio afirmar que numa casa vizinha habitava o mestre das obras parece confirmar essa hipótese (AFONSO. Um património..., p. 12). Na sua tese de doutoramento, Carlos Ruão adianta que «...o erudito projecto da igreja de São Lourenço é de traça régia, à qual foi aplicado o gosto ornamentalista local...». Salienta, porém, o importante papel que mestres locais, como Manuel Luís, Gonçalo Vaz e Gregório Lourenço, devem ter desempenhado (RUÃO. *O «Eupalinos»*..., vol. 2, pp. 381 e 382).

³⁹ Ver RUÃO. *O «Eupalinos»*..., vol. 2, p. 440 e ss.

documentalmente confirmada está a sua direcção de dois importantíssimos estaleiros: o de Moreira da Maia e o da Misericórdia de Aveiro, esta última iniciada em 1600 e concluída em 1608⁴⁰. À monumentalidade tridimensional dos arcos triunfais interiores de Manuel Luís, porém, Gregório Lourenço preferirá uma bidimensionalidade linear não menos eficaz. O primeiro arco de triunfo interior desta série «lourenciana», e o que mais se aproxima do modelo matricial da Foz do Douro, poderá ser encontrado no *scaenae frons* do Colégio jesuíta de S. Paulo em Braga (c. 1579); sendo originário dos arredores dessa cidade é bem provável que Gregório Lourenço o tenha conhecido⁴¹.

A igreja da Misericórdia de Aveiro é, juntamente com a da Misericórdia da rua das Flores no Porto, entre o grupo de templos da confraria constantes deste artigo, a que mais se aproximara da globalidade da norma albertiana. Para esse facto contribuiu decisivamente o facto de terem ambas sido cobertos, na *aula* da nave, por abóbadas de caixotões em pedra. Em Aveiro, como no Porto, o mesmo material seria ainda utilizado na cobertura da capela-mor, igualmente decorada com motivos flamenguistas, que aliás, se repetem na fachada retábulo que enquadra o pórtico de entrada. Já referimos que o arco de triunfo interior, tripartido, é em Aveiro menos escultórico que os desenvolvidos por Manuel Luís, o que contribui para acentuar o efeito de túnel induzido pela continuidade perspectiva entre nave e presbitério.

Acentua-se, dessa forma, o espaço interno do *templum* como continuação da rua e da cidade, convergindo apolinicamente para a sacralidade do altar-mor, onde, após Trento e os Jesuítas, se expõe o Santíssimo Sacramento. Os caminhos urbanos, constantemente sacralizados

⁴⁰ Ver RUÃO. *O «Eupalinos»*..., vol. 2, p. 426 e ss.

⁴¹ Ver AFONSO. A herança...

por um ritual processional que se intensificou exponencialmente com a Reforma Católica e a cristianização, não se concluem na igreja, mas prolongam-se, depois dela, no divino do Céu; o *templum* tornou-se, igualmente, um mediador. O que justificará a insistência no alinhamento das fachadas com canais visuais que se dispõem perpendicularmente ao seu plano. Não se tratou, portanto, de implementar um isolado dispositivo retórico, mas da sua integração em todo um mecanismo de redenção urbana, que recorreu a um simbolismo neo-medieval, embora associando-o à linguagem arquitectónica clássica. O que terá uma consequência; o retábulo desestruturado exterior tenderá a crescer em altura, desenvolvendo um segundo registo; a máscara acabará então por completamente ocultar o verdadeiro *facies* e, com essa armadura, submergir por completo o discurso autónomo da arquitectura.

Frente à igreja da Misericórdia de Aveiro situa-se actualmente o espaço amplo da Praça da República. Esta, contudo não existia ainda na época em que a igreja se construiu. Então, o templo orientou-se frontalmente para um canal visual bem mais denso que, a norte, era limitado pela costã sul da antiga matriz medieval de S. Miguel⁴². A igreja da confraria também se relacionava com o Paço do Concelho, junto e a norte da matriz, descrito em 1532 como tendo dois sobrados e que seria, a partir de 1794 substituído pelo actual⁴³. Realce-se que Aveiro foi, desde o século XV, um senhorio⁴⁴ e que essa realidade política coincidiu, como em Braga,

⁴² GASPARD, João Gonçalves. *Aveiro. Notas Históricas*. Aveiro: Câmara Municipal, 1983, p.71.

⁴³ Cf. AMORIM, Inês. *A construção da Câmara de Aveiro nos finais do século XVIII*. Aveiro: Câmara Municipal, 1997.

⁴⁴ O Infante D. Pedro, filho de D. João I, foi o primeiro senhor de Aveiro. Em 1449, logo após Alfaroabeira, D. Afonso V doou a vila a D. Sancho de Noronha, conde de Odemira. D. João II, por sua vez, doaria o senhorio à sua irmã D. Joana em 1485 e, por morte desta, a seu filho bastardo D. Jorge em 1495. Em 1500, D. Manuel instituiria a Casa de Aveiro na pessoa de D. Jorge; o mesmo outorgaria foral à vila em 1515 e, em 1547, D. João III concedeu o título de

com uma quase completa imobilidade da confraria; fundada na antiga capela de Santo Ildefonso, anexa à matriz de S. Miguel⁴⁵, permaneceria sempre estreitamente relacionada com as arquitecturas conotadas com o poder senhorial como a Igreja de S. Miguel e o Paço do Concelho. Só em 1759 D. José elevaria Aveiro a cidade, pouco depois da condenação à morte do último duque. A reformulação do Paço Concelhio, integrada numa *Renovatio Urbis* do casco antigo da cidade, apenas ocorreria depois desse evento, enquanto a igreja de S. Miguel viria a ser demolida em 1835⁴⁶.

Será Gregório Lourenço, em parceria com António Sousa, Gaspar Gonçalves e Pantaleão Brás, todos do Porto, a projectar a segunda igreja da Misericórdia de Vila do Conde, iniciada em 1599. Ocupou o exacto lugar da sua antecessora e, se exceptuarmos a cabeceira, tinha as mesmas dimensões. O projecto, porém, não seria concluído. Previa, mais uma vez, um templo de «simplicidade albertiana», erguido sobre um pódio a que ascende uma escadaria, na fachada com um pórtico ladeado por colunas arquivadas e, sobre este, um óculo central flanqueado por duas frestas. Por os mestres terem abandonado a obra logo no início do século XVII, a fachada nunca seria concluída segundo o projecto quinhentista, faltando as aberturas sobre o pórtico⁴⁷. No interior, a planimetria em duplo quadrado da *plain box* da nave é rematada por um arco triunfal tripartido, *sceenae frons* muito semelhante às que Gregório Lourenço implementou em Moreira da Maia e Aveiro. Nos panos laterais, guardou-se lugar para a pintura, do mesmo modo que no fornix triunfal romano se expunha a iconografia imperial: esse modelo, aliás, fora já adoptado por Manuel Luís na Misericórdia do Porto.

duque de Aveiro a D. João de Lencastre, filho de D. Jorge. Aveiro estaria na posse dos duques até 1759 (GASPARD, pp. 39 e ss.).

⁴⁵ GASPARD, p.71.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ver, sobre o contrato de execução da obra e o abandono desta pelos mestres: AFONSO. A Igreja da Misericórdia...

O arco abre para uma cabeceira tripla, com a capela-mor profunda coberta por um berço de pedra apainelado e ornado com motivos flamenguistas pintados em brutesco. A actual cobertura em madeira da nave, também flamenguista, data, todavia, de 1684⁴⁸.

Um pouco anterior (i.1588), a igreja da Misericórdia de Guimarães pode igualmente ter tido a participação de Manuel Luís, que a partir de 1591 desempenharia o cargo de mestre das obras do arcebispo de Braga D. Frei Agostinho de Jesus. Os primeiros nomes que surgem associados à obra, porém, são os de Gonçalo Lopes e o seu genro Pedro Afonso de Amorim, que trabalham a partir de 1595 na capela-mor que já estava começada⁴⁹. O que actualmente existe, porém, não é o especificado no contrato estabelecido com os dois mestres, que particularizava que a cobertura deveria ser de caixotões em pedra. A obra do presbitério estaria quase concluída em 1599.

Em 1600, porém, Manuel Luís e Jerónimo Luís, o primeiro na sua qualidade de mestre das obras do arcebispo de Braga, o segundo desempenhando cargo idêntico no mosteiro de Pombeiro, efectuaram uma vistoria à igreja, por esta não estar conforme ao contrato. Gonçalo Lopes comprometeu-se a efectuar as alterações necessárias que, em Abril de 1601, estariam concluídas. No ano seguinte, Manuel Luís efectuou mais uma inspecção, aprovando o trabalho efectuado. Gonçalo Lopes, porém, pouco sobreviverá a ela; morreu em Outubro de 1603, cedendo o seu lugar a João Lopes de Amorim. A fachada-retábulo será iniciada por João Lopes e Pedro Afonso em 1604, segundo projecto já existente; todavia, a partir desse ano, João Lopes de Amorim assumiu o comando da obra, sendo da sua

⁴⁸ FERREIRA, p. 29.

⁴⁹ Ver sobre a obra da igreja da Misericórdia de Guimarães: RUÃO. *Arquitectura...*, p. 125 e ss.

responsabilidade a proposta de alteração do registo superior da fachada, que tinha sido debuxado por «mestre que tinha fama nestas partes». Tratava-se, muito provavelmente de Manuel Luís; em 1608 João Lopes conseguirá convencer a confraria da bondade da sua proposta para o segundo registo do retábulo.

Para aceder ao templo da Misericórdia de Guimarães sobem-se os degraus de uma escadaria; rematando esta, ergue-se o pórtico, arquivado e colunado, com os fustes decorados com motivos flamengos vredemanianos. No interior de nave única e planimetria em duplo quadrado, porém, a monumentalidade dos arcos triunfais luisinos deu lugar a uma sobriedade que podemos associar simultaneamente à tradição construtiva dos Lopes e à tendência para uma representatividade discreta que marcará a cultura atópica do século XVII português e alguma da arquitectura que produziu. Em Braga, o mais precoce exemplo dessa transformação será a igreja de Nossa Senhora do Pópulo, de Manuel Luís, patrocinada pelo arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus e iniciada em 1596, de cujo interior desapareceram todos os vestígios de exuberância flamenguista que tinham acompanhado a sua obra desde a década de sessenta.

Situada naquele que foi o eixo do poder na Vila durante os finais da Idade Média, o conjunto rua Sapateira/rua dos Mercadores, que conduzia da Porta da Vila à Colegiada e ao Paço do Concelho junto dela, a fachada da igreja da confraria vimaranense – que se deslocou, igualmente, de uma fundação primeva no claustro da Colegiada – dialogava também axialmente com uma rua que lhe ficava em frente – a das Flores – e que desapareceria quando, ainda no século XVII, se abriu o actual terreiro da Misericórdia.

A Igreja da Misericórdia de Penafiel

A Misericórdia de Penafiel já existia no início do século XVI, tendo o seu hospital instalado frente à igreja do Espírito Santo. Estabelecimento que é já referido em 1508, indicando-se então que se localizava em «fundo de villa»⁵⁰, junto a uma casa-torre que tinha pertencido a Vasco Lourenço. Desde antes dos meados do século XV que esse local era denominado, na documentação do vizinho mosteiro beneditino de Bustelo, burgo de Arrifana⁵¹. Foi provavelmente aos Beneditinos que se deveu o enquadramento do desenvolvimento urbano de um núcleo original, a partir de uma encruzilhada na movimentada estrada que ligava o Porto a Trás-os-Montes e às Beiras, ao longo da actual rua Direita, em que, para além do comércio, seria importante a indústria de curtumes⁵². A igreja do Espírito Santo e a Misericórdia seriam resultado da importância crescente desse burgo.

Em 1622 arrancaria a construção de uma nova igreja da Misericórdia, permitida pela doação do abade de Ermelo Amaro Moreira⁵³. Localizou-se a nascente da antiga, num local designado rossio das Chãs, em posição recuada em relação à rua Direita. Relacionava-se com esta através

⁵⁰ Arquivo Distrital do Porto, Fundo Monástico, *Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*, K/18/2 - 36, Prazos, 1508, Dezembro 4, fl. 174vº: «... As nosas casas que estam em fundo de Vylla que confrontom com a rua publica e partem de hũa parte com as casas do espirital que ora traz Joaõm Martinz da parte do fundo e da parte de cima com a torre que foi de Vasco Lourenço...»

⁵¹ ADP, *Fundo Monástico*, Mosteiro de S. Miguel de Bustelo, K/25/5/6, cx. 463 (2), Prazos, 2ª parte, 1448, Setembro 15, fl. 49vº.

⁵² Ver: SOEIRO, Teresa. *Penafiel*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 15-16. Nos empenhamentos efectuados pelos Beneditinos no burgo de Arrifana, desde os meados do século XV, são feitas referências à existência de aloques e sapateiros.

⁵³ Ver, sobre a igreja da Misericórdia: GARCIA, Isabel Margarida Teixeira Bessa. *A arquitectura de raiz clássica no vale do Sousa* [Texto policopiado]. 2 vols. Coimbra, 2001. Dissertação (Mestrado em História de Arte). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, p. 62.

da Quelha Larga⁵⁴ que, frente à fachada do templo da nova confraria, permitia um diálogo visual com os viajantes da antiga estrada do Porto. A igreja simbolizou, portanto, uma nova hierarquia urbana que se libertou do antigo traçado gerador. Este viria lentamente a secundarizar-se face ao protagonismo crescente de um eixo mais recente, paralelo e a sul, que integrou a rua Nova, anunciada e sacralizada através do nicho que se ergueu no exterior da parede fundeira da capela-mor. Encimado por um óculo *rollwerk* e ladeado por duas frestas, organizou-se como uma duplicação da fachada principal. Revelou igualmente a crescente importância urbana do Cimo de Vila, afirmada já antes dos meados do século XVI⁵⁵ e, com ela, da «religião civil»: afastando-se da matriz, a Misericórdia está na origem do espaço «laico» da praça das Chãs em que se ergueria o primeiro Paço do Concelho. A sua construção foi adjudicada em 1747, após o antigo burgo ter sido elevado, em 1741, à categoria de Vila⁵⁶.

A capacidade retórica da fachada-retábulo da igreja encontra-se hoje diminuída na liberdade espacial do actual largo do Padre Américo, já que foi intentada para operar no estreito canal da Quelha Larga que o antecederia, potenciando assim o efeito de surpresa de quem a descortinava vindo da rua Direita. Como vimos, essa capacidade de arruar o discurso retórico, intensificando-o, remonta a Alberti. Nas Misericórdias referidas nesta comunicação não deverá ser casual que o dispositivo de interacção igreja-cidade se vá aperfeiçoando desde Braga e, muito provavelmente, antes dela, de Vila do Conde. Salientou-se já que, quanto mais tardios são

⁵⁴ SOEIRO, p.48-50. Segundo a autora, a Misericórdia teria sido erguida num local deserto, que apenas a partir do final do século XVII viria a ser urbanizada. Tudo indica, porém que a «Quelha Larga» já existisse antes da construção da igreja.

⁵⁵ ADP, Mosteiro de S. Miguel de Bustelo, K/18/2-35, *Prazos*, 1532, Março 10, fl. 73vº: empenhamento de casa do forno situada «acima da fonte de cimo de villa no lugar d'Arrifana».

⁵⁶ SOEIRO, pp.39-40.

os templos – com a excepção de Vila do Conde –, mais a autonomia do pórtico clássico se esconde sob a máscara de uma superfície retabular que cresce em dimensões. A componente fisiognomónica e a estruturada dessas composições espectaculares servia perfeitamente os propósitos ideológicos da Contra-Reforma e do Estado confessional. Formalmente, contudo, as maiores afinidades da fachada retábulo da Misericórdia de Penafiel encontram-se na do convento Lóio do Espírito Santo, em Vila da Feira.

O projecto inicial para a capela-mor da igreja desse convento (1580) deve-se igualmente a um mestre portuense da «Petrificação»: Jerónimo Luís, provável irmão ou parente próximo de Manuel Luís. Interrompidas as obras, elas serão retomadas já no século XVII por Francisco de Carvalho, outro mestre de ambiente portuense⁵⁷. Não é, porém, a esse nome que a escassa documentação publicada sobre a igreja penafidelense alude, mas sim ao de João Lopes, que poderia ser o João Lopes de Amorim a que já fizemos referência, muito activo na zona de Amarante na época em que se erguia o templo penafidelense⁵⁸. Outro nome mencionado na documentação coeva respeitante às obras é o de Gonçalo Vaz⁵⁹. Foi genro de Manuel Luís

⁵⁷ Carlos Ruão refere, baseando-se na obra do padre Jorge de São Paulo no seu *Livro Memorial*, redigido entre 1638-1649, que Jerónimo Luís foi contratado em 1580 para construir a capela-mor da igreja do convento; como entretanto morreu o conde D. Diogo Forjaz Pereira, a obra parou, só arrancando definitivamente em 1618 com Francisco de Carvalho como mestre. A capela-mor de Jerónimo Luís, porém, manteve-se; o novo cruzeiro arrancaria em 1625 sob a direcção de Francisco Carvalho, que a dirigiria até 1629, último ano em que se encontra documentada a sua presença. A obra seria prosseguida, a partir desse ano, por Valentim de Carvalho, outro mestre portuense (RUÃO. *O «Eupalinos»* ..., vol. II, pp. 421-422; 457-458). Ver sobre Jerónimo Luís: *ibidem*, p. 419 e ss.

⁵⁸ Em 1630 um João Lopes assinou um documento de quitação respeitante ao pagamento de uma «obra da parede» efectuada na igreja. Isabel Garcia refere que esse João Lopes poderia ser João Lopes de Amorim, embora saliente a dificuldade em relacioná-los (GARCIA, vol. I, p.61). Adianta a ligação de João Lopes de Amorim a outras Misericórdias e o seu trabalho, referido por Carlos Ruão, nos anos de 1629 e 1630, em pontes de Vila Meã, Gestaçõ e perto de Amarante (RUÃO. *Arquitectura*..., pp. 164-165). Sobre João Lopes de Amorim ver: *idem*. *O «Eupalinos»*..., vol. 2, p. 564 e ss.

⁵⁹ Entre os anos de 1615 e 1632 surge na documentação da Misericórdia a referência a obras não especificadas, cujo responsável foi Gonçalo Vaz. Isabel Garcia avança com a hipótese de se tratar do mestre portuense homónimo. Contra essa possibilidade estariam, segundo a mesma

e algumas das importantíssimas obras que se podem associar ao seu nome já foram referidos nesta comunicação. Esteve activo no Porto e nos seus arredores desde 1581, quando surge como mestre das obras do convento agostinho de São Salvador de Grijó.

Alguns aspectos podem fazer pender a balança para Gonçalo Vaz: desaparece da documentação portuense em 1620, portanto imediatamente antes do início da obra da igreja da Misericórdia de Penafiel e possuía um casal nas proximidades da povoação, o casal do Ribeiro, em S. Miguel de Beire, couto de Louredo⁶⁰ Catarina Luís, a sua provável sogra e mãe de Manuel Luís, tinha uma residência em Entre-os-Rios⁶¹. Finalmente, o Francisco Carvalho referido acima colaborou com ele em Grijó⁶², o que estabelece uma relação próxima entre os dois mestres; essa relação é confirmada igualmente pela linguagem empregue no templo penafidelense, embora, como notou Isabel Bessa Garcia, a sua execução não seja de primeira água⁶³.

autora, o facto de, à época em que a sua tese de mestrado foi escrita (2001) se conhecerem apenas pequenas obras de Gonçalo Vaz e ainda outra razão importante: por essa altura, o mestre portuense teria muito possivelmente já falecido (GARCIA, vol. I, p.63). A favor da hipótese Gonçalo Vaz salienta, mais uma vez citando Carlos Ruão, que ele possuía o casal do Ribeiro, na freguesia de S. Miguel de Beire, honra de Louredo (apud RUÃO. *Arquitectura*..., p. 241), portanto muito próximo de Penafiel. Prossegue afirmando que as obras efectuadas por Gonçalo Vaz na Misericórdia penafidelense foram em troca pelo tratamento de sua mãe no hospital da instituição e que o mestre se pode ter retirado para Penafiel para acompanhá-la (GARCIA, vol. I, p.63).

⁶⁰ RUÃO, *Arquitectura*..., p.241 (ver nota anterior).

⁶¹ AFONSO, José Ferrão. *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: FAUP, 2000, p. 311.

⁶² Francisco Carvalho, activo entre 1605 e 1629, surge como testemunha de um documento notarial efectuado no mosteiro de S. Salvador de Grijó em 1605 (ADP, *Fundo Notarial*, 5º Cartório, 1ª Série, Livro 6, fls. 153vº-157vº. Apud RUÃO. *O «Eupalinos»* ..., vol. 2, p. 456). Em 1629 efectuou uma vistoria à Igreja da Misericórdia do Porto, na companhia de Valentim de Carvalho, Gregório Lourenço, Francisco João, Gonçalo Moreira e João Lopes de Amorim. Ver alguns dados biográficos sobre ele em: *ibidem*, p.456 e ss.

⁶³ GARCIA, p. 63. A autora salienta a proximidade de linguagens arquitectónicas entre a igreja de Penafiel e outras obras de Gonçalo Vaz, embora notando também que em Penafiel se verifica uma «inferior qualidade técnico-construtiva».

Ultrapassado o arco da fachada, a *aula* interior de nave única, com as proporções de um duplo quadrado, conclui-se num arco triunfal, coríntio, e tripartido, que tem grande afinidade com o de Grijó e, portanto com o trabalho de Gonçalo Vaz e Francisco Carvalho. Ladeando o arco, entre as colunas e a parede, deveriam estar suspensos, como sucedia nos arcos de triunfo romanos, e nas igrejas de Vila do Conde, Porto e S. Salvador de Grijó, as pinturas que hoje se encontram sob o coro e ainda mantêm as molduras «flamenguistas» originais. Também o púlpito, na parede do lado do Evangelho, tem uma linguagem muito semelhante ao que Gonçalo Vaz executou para a Misericórdia portuense em 1617⁶⁴.

Na capela-mor, porém, os motivos flamenguistas dos caixotões da abóbada de pedra geometrizarão-se até um grafismo quase abstracto. Processo similar ocorreu, na fachada, coma as pilastras toscanas que suportam as arquitraves e o canónico friso dórico. Este é, igualmente, um dispositivo caro a Gonçalo Vaz, que o utilizou, por exemplo, na fachada de S. João Novo e pode-se fazer remontar à igreja de S. Martinho em Penafiel e, antes dela, ao arco triunfal da matriz da Foz, de Cremona⁶⁵. Na sua

⁶⁴ RUÃO. *Arquitectura...*, p.245.

⁶⁵ É muito possível que Manuel Luís e o seu irmão Jerónimo Luís tenham sido os responsáveis pela construção da igreja matriz de S. Martinho entre c.1559-c.1571. O pórtico em que se associa o jónico das colunas ao incorrecto entablamento dórico (com «monoglifos» e as cinco *guttae* canónicas substituídas por apenas três; neste último caso a origem é o tratado de Sagredo. Na Matriz da Foz, o jónico associa-se também ao entablamento dórico com apenas três *guttae*) é o primeiro de uma série preferencialmente desenvolvida por Gonçalo Vaz e Gregório Lourenço, que inclui os de S. Lourenço e S. João Novo no Porto, o da rotunda do mosteiro da Serra do Pilar em Gaia e o da Misericórdia de Vila do Conde. Será ainda interessante notar que as duas cartelas que se inscreveram nas aletas do primeiro registo do pórtico, em que se lê aquela que deve ser a data de conclusão da fachada, «1570 ANNOS», se repetem no arco triunfal que antecede o adro de S. Salvador de Grijó e data de 1573. Por sua vez, as pilastras jónicas molduradas que, no primeiro registo, suportam o entablamento, vão aparecer igualmente no primeiro registo do pórtico da capela de Nossa Sr.ª de Agosto no Porto, de Manuel Luís, iniciada em 1565). No interior da igreja, as mísulas «acapiteladas» sobre os fustes da nave ou a imaginativo jónico dos capitéis com palmetas vão reaparecer na obra de Manuel Luís e Jerónimo Luís, em Nossa Senhora de Agosto, S. Gonçalo de Amarante e na galilé do mosteiro de Pombeiro (as mísulas no lugar do capitel com antecedentes na claustro da casa de Despacho da Misericórdia do Porto da década de 50, em que Manuel Luís também

sobriedade pictórica, porém, a fachada retábulo é um bom exemplo da retórica discreta adoptada por alguma da arquitectura seiscentista. Um longo percurso fora percorrido desde a exuberante tridimensionalidade dos pórticos de Braga, Porto, ou Guimarães, dos arcos triunfais luísinos e da materialidade escultórica dos motivos decorativos vredemeenianos, como os «diamantes, óbolos e dentilhões». Ainda no exterior, do lado direito da fachada, erguia-se o também discreto campanário, substituído pela torre sineira quando das transformações ocorridas no século XVIII; a moldura do relógio, contudo, pode ser anterior; ela é, mais uma vez muito semelhante às que, com as mesmas funções, se esculpiram nas torres sineiras do convento do Espírito Santo em Vila da Feira.

deve ter trabalhado) (Cf. AFONSO. A herança...). Ver ainda, sobre o pórtico de S. Martinho e a sua semelhança com obras posteriores do Noroeste: GARCIA, vol. I, p. 29 e ss.